



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 05 de Março de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2071



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2394, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"Altera a alínea "a" do inciso V do artigo 1º do Decreto nº 2357, de 18 de janeiro de 2021, na forma que especifica".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG** no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício nº 001/2021 da Secretaria Municipal de Saúde que solicitou a alteração do Decreto nº 2357/2021;

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso V do artigo 1º do Decreto nº 2357, de 18 de janeiro de 2021, que indica os servidores responsáveis pela assinatura nas notas fiscais e notas de liquidação dos empenhos das Secretarias Municipais e Órgãos de Assessoramento do Poder Executivo Municipal de Monte Carmelo, passa a vigorar com a seguinte redação:

A r t . 1 º .
.....
.....
V......
.....
a) Eder Humberto Gonçalves, matrícula 441498
(transporte de paciente);
.....
....."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 10/02/2021.

Monte Carmelo/MG, 04 de março de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2395, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"Decreta luto oficial de 03 (três) dias pelas 100 (cem) vítimas da COVID-19 em Monte Carmelo-MG";

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo, em 04.03.2021, atingiu a triste marca de 100 (cem) vítimas da COVID-19;

CONSIDERANDO que nesse período de grandes perdas, a maior delas é, indubitavelmente, a vida humana;

CONSIDERANDO a profunda tristeza e dor de todos os familiares e amigos enlutados pela perda daqueles que lhe eram próximos;

CONSIDERANDO que a situação atual requer cuidados redobrados e que o enfrentamento desse momento exige que mantenhamos firme a consciência de que inúmeras vidas foram perdidas, e que todas as vidas importam;

CONSIDERANDO que a solidariedade, a consciência e a responsabilidade salvam vidas;

CONSIDERANDO que a mudança desse cenário requer pequenas atitudes, que deverão ser adotadas de maneira conjunta, por parte de cada um de nós;

CONSIDERANDO que é necessário que cada cidadão se enxergue, nesse momento, como parte da sociedade carmelitana, cidade que acaba de perder 100 (cem) vidas para uma doença nova, que avança e que consumiu, também, a possibilidade de dizer um último adeus àqueles que amamos;

CONSIDERANDO que esse exercício de empatia nos permite enxergar na dor e no sofrimento daqueles que partiram e daqueles que aqui ficaram;

CONSIDERANDO a necessidade de encontrar soluções, ao invés de eleger inimigos e culpados, sem esquecer, em nenhum momento, que 100 (cem) vidas se foram;

CONSIDERANDO os sonhos que foram interrompidos e os sorrisos que se calaram;

CONSIDERANDO o consternamento geral neste momento de profunda tristeza;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial de 03 (três) dias pelas 100 (cem) vítimas da COVID-19 no Município de Monte Carmelo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 05 de março de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal

FABIO JOSÉ GONÇALVES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2396, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda roxa, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente, e sobre a adoção de medidas para o enfrentamento à COVID-19 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, I, "i", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG, em razão de surto da doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2385, de 18 de fevereiro de 2021, que "Reconhece o estado de calamidade pública

decorrente da pandemia causada pelo agente *Coronavírus [COVID-19]*;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente do Governo do Estado, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 130, de 03 de março de 2021, instituiu o Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico – Onda Roxa – com a finalidade de manter a integridade do Sistema Estadual de Saúde e a interação das redes locais e regionais de assistência à saúde pública, em razão da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a Onda Roxa será implementada em qualquer localidade do Estado de Minas Gerais, independente da adesão do Município ao Plano Minas Consciente, cabendo ao Município adotar as providências necessárias para seu cumprimento e de outras práticas, ainda que mais restritivas, identificadas como necessárias ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a macrorregião Triângulo do Norte regrediu para a onda roxa do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO que as medidas sanitárias deverão ser acompanhadas diariamente, de forma responsável, a fim de monitorar seus efeitos sobre a curva de tendência, observando o impacto das medidas no sistema de saúde;

CONSIDERANDO o aumento constante e significativo dos casos de infecção pela COVID-19, bem como o aumento do número de óbitos confirmados;

CONSIDERANDO a expressiva ocupação dos leitos na rede hospitalar municipal, sobretudo, dos leitos de UTI;

CONSIDERANDO que a vacinação em todo o país ainda está em fase inicial e que o distanciamento social constitui a principal medida de redução dos índices de contágio;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda roxa, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente do Governo do Estado de Minas Gerais, e sobre a adoção de medidas para enfrentamento à COVID-19, com a finalidade de reduzir os índices de contágio, preservar a vida humana e prevenir os agravos à saúde pública.

Parágrafo único. As medidas previstas neste Decreto vigorarão até 18 de março de 2021, nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 131, de 03 de março de 2021.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES SUSPENSAS

Art. 2º Ficam suspensos todos os serviços, comércios, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, que não sejam essenciais, nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 130, de 03 de março de 2021.

§ 1º A suspensão de que trata o *caput* não se aplica:

I - às atividades de operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais, desde que respeitados os protocolos sanitários dispostos no Plano Minas Consciente e realizadas de segunda à sexta-feira, das 08h até as 18h;

II - à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares, nem aos serviços de entrega de mercadorias em domicílio ou, nos casos de bares, restaurantes e lanchonetes, também para retirada em balcão, vedado o consumo no próprio estabelecimento;

§ 2º Aos sábados, domingos e feriados é vedada a operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais previstos no *caput* deste artigo, com exceção dos bares, restaurantes e lanchonetes que poderão funcionar aos sábados, domingos e feriados com serviços de entrega de mercadorias em domicílio e também para retirada em balcão, vedado o consumo no próprio estabelecimento, até as 20h.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS

Art. 3º Durante o enquadramento da Macrorregião Triângulo do Norte na Onda Roxa, somente poderão funcionar as seguintes atividades e serviços, e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento e fornecimento:

- I** - indústria e comércio de fármacos, farmácias, drogarias e óticas;
- II** - fabricação, montagem e distribuição de materiais clínicos e hospitalares;
- III** - hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, lanchonetes, de água mineral e de alimentos para animais;
- IV** - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- V** - distribuidoras de gás;
- VI** - oficinas mecânicas, borracharias, autopeças, concessionárias e revendedoras de veículos automotores de qualquer natureza, inclusive as de máquinas agrícolas e afins;
- VII** - restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias;
- VIII** - agências bancárias e similares;
- IX** - cadeia industrial de alimentos;
- X** - agroindústrias e agroindustriais;
- XI** - relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, tais como gestão, desenvolvimento, suporte e manutenção de *hardware*, *software*, hospedagem e conectividade;
- XII** - construção civil;
- XIII** - setores industriais, desde que relacionados à cadeia produtiva de serviços e produtos essenciais;
- XIV** - lavanderias;
- XV** - assistência veterinária e *pet shops*;
- XVI** - transporte e entrega de cargas em geral;
- XVII** - locação de veículos de qualquer natureza, inclusive a de máquinas agrícolas e afins;
- XVIII** - assistência técnica em máquinas, equipamentos, instalações, edificações e atividades correlatas, tais como a de eletricitista e bombeiro hidráulico;
- XIX** - controle de pragas e de desinfecção de ambientes;
- XX** - atendimento e atuação em emergências ambientais;
- XXI** - comércio atacadista e varejista de insumos para confecção de equipamentos de proteção individual – EPI, e clínico-hospitalares, tais como tecidos, artefatos de tecidos e aviamento;
- XXII** - de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas;
- XXIII** - relacionados à contabilidade.

§ 1º As atividades e serviços essenciais de que trata o *caput* deverão seguir os protocolos sanitários previstos no Plano Minas Consciente e priorizar o funcionamento interno e a prestação dos serviços na modalidade remota e por entrega de produtos.

§ 2º As atividades essenciais previstas neste artigo poderão funcionar de segunda à sexta-feira, das 5h às 20h, com as seguintes exceções:

I - farmácias e drogarias poderão funcionar aos sábados, domingos e feriados, das 5h até as 20h;

II - hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, lanchonetes, de água mineral e de alimentos para animais poderão funcionar nos sábados, domingos e feriados até as 14h;

III - transporte e entrega de cargas em geral poderão funcionar aos sábados, domingos e feriados, das 5h até as 20h;

IV - atividades agroindústrias e agroindustriais poderão funcionar aos sábados, domingos e feriados, das 5h até as 20h;

V - setores industriais, desde que relacionados à cadeia produtiva de serviços e produtos essenciais, poderão funcionar sábados, domingos e feriados, das 5h até as 20h.

§ 3º Fica a critério do estabelecimento a definição do horário de funcionamento, dentro deste intervalo previsto neste artigo, com as condições sanitárias previstas.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES

Art. 4º Ficam proibidos:

I - o funcionamento das atividades socioeconômicas entre 20h e 5h, ressalvadas as relacionadas à saúde, à segurança e à assistência;

II - a circulação de pessoas e veículos fora das hipóteses previstas no § 1º deste artigo;

III - a circulação de pessoas sem o uso de máscara de proteção, em qualquer espaço público ou de uso coletivo, ainda que privado;

IV - a circulação de pessoas com sintomas gripais, exceto para a realização ou acompanhamento de consultas ou realização de exames médico-hospitalares;

V - a realização de visitas sociais e entre familiares, salvo em caso de assistência;

VI - realização de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões e cursos presenciais;

§ 1º Será permitida a circulação de pessoas para:

I - o acesso às atividades, serviços e bens essenciais;

II - o comparecimento, próprio ou na condição de acompanhante, a consultas ou realização de exames médico-hospitalares, quando necessário;

III - a realização ou comparecimento ao local de trabalho nas

atividades e serviços considerados essenciais, nos termos deste Decreto.

§ 2º Na hipótese do § 1º, poderá ser exigida a apresentação de documento que comprove o vínculo profissional com a atividade essencial ou a necessidade do deslocamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 5º A celebração eucarística pública, cultos, reuniões e eventos dos diversos segmentos religiosos poderão ser realizados, em locais abertos ou fechados com, no máximo, 30 (trinta) pessoas, respeitadas as medidas sanitárias estabelecidas no Decreto 2308, de 07 de agosto de 2020.

Art. 6º É permitida a realização de feiras de comercialização de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, no Espaço Cultural, mediante a fiscalização da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, de modo a evitar aglomeração de pessoas e observar as regras sanitárias e epidemiológicas de enfrentamento da pandemia, vedado o consumo no local.

Art. 7º Fica permitida a realização de leilão agropecuário, condicionado ao número máximo de 30 (trinta) pessoas no evento, vedada a comercialização de alimentos e bebidas alcoólicas.

Art. 8º Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas de segunda à sexta-feira, após as 18h, e aos sábados, domingos e feriados.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 9º A fiscalização será intensificada, para garantir o cumprimento das disposições contidas neste Decreto, e será realizada diariamente, inclusive, no período noturno, finais de semana e feriados, mediante escala de revezamento.

Art. 10 O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei Estadual nº 13.317/1999.

§1º O descumprimento das medidas de isolamento configura infração de medida sanitária preventiva, prevista no art. 268 do Código Penal, que tipifica a infringência de determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

§ 2º A medida administrativa restritiva de interdição em caso de descumprimento seguirá a seguinte graduação de dosimetria a cada reincidência, sequencialmente:

I - interdição imediata e por mais 03 (três) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade;

II - interdição imediata e por mais 07 (sete) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade; e

III - interdição imediata e por mais 15 (quinze) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade.

§ 3º No cumprimento da medida restritiva de interdição, o estabelecimento ou a atividade ficará plenamente impedido de funcionar, inclusive em trabalho interno, comércio eletrônico, *delivery* e retirada no balcão.

§ 4º As infrações sanitárias que também possam configurar ilícitos penais serão comunicadas à autoridade policial e ao Ministério Público.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Todos os serviços, comércio, atividades ou empreendimentos descritos neste Decreto deverão observar, rigorosamente, todos os protocolos sanitários especificados no Programa Minas Consciente.

Art. 12 Revoga-se do Decreto nº 2393, de 03 de março de 2021.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 05 de março de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FABIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 02 de 18 de fevereiro de 2021

RESOLUÇÃO Nº 02/2021
CMAS
MONTE CARMELO/MG

Dispõe sobre a aprovação do Edital de Eleição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS da sociedade civil - Gestão 2021/2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG – no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 1473 de 22 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO a deliberação em Reunião Extraordinária do dia 18 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Edital de Eleição CMAS da sociedade civil – Gestão 2021/2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 18 de fevereiro de 2021.

DÉBORA REJANE DE SOUZA MELO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2019-2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 10/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 16/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento Contínuo e Ininterrupto de Gases Medicinais em Estado Líquido, com Fornecimento em Regime de Comodato de Tanque Criogênico, Incluindo a Construção de Base Civil e Instalação do Tanque e de todos os Acessórios Necessários para um Perfeito Funcionamento do Sistema, para Garantir o Suprimento de Gases para a UTI, e Hospital Municipal de Monte Carmelo-MG. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 16/2021, modalidade Pregão SRP nº 10/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** IBG Industria Brasileira de Gases Ltda, CNPJ: 67.423.152/0001-78. Data: 01/03/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 10/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 16/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 16/2021, modalidade Pregão SRP nº 10/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: IBG Industria Brasileira de Gases Ltda, CNPJ: 67.423.152/0001-78. Data: 01/03/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 10/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 16/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 69/2021: IBG Industria Brasileira de Gases Ltda, CNPJ: 67.423.152/0001-78. **Valor Global:** R\$ 1.364.370,00. **Data:** 01/03/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSO: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)